

## RIO CÔA, PATRIMÓNIO ABERTO À HUMANIDADE\*

por

Vítor Oliveira Jorge\*\*

Há dias, atravessando a noite atlântica, a caminho da Madeira, onde ia pronunciar uma conferência sobre o papel da Arqueologia nos tempos de hoje, desfolhei a revista da TAP (de Maio/Junho de 1997). E foi com um sentimento de conforto que vi imagens familiares: lá vinha um artigo bilingue sobre as gravuras pré-históricas do vale do Côa e sobre o Parque Arqueológico ali em curso de instalação. Um património único, pelo qual arqueólogos portugueses e estrangeiros tanto haviam lutado, juntamente com uma parte da “consciência culta” nacional e internacional, tinha ganho asas, e já ia agora nas mãos de todos os passageiros, como mais um logotipo de Portugal. Repeti, de novo, para mim próprio: valeu a pena!

A primeira vez que fui a Foz Côa foi nos inícios de 1989, na companhia de minha mulher, Susana Oliveira Jorge, também professora na FLUP, e de outros colegas. O arqueólogo Dr. Sá Coixão, da ACDR de Freixo de Numão, tinha descoberto, perto desta localidade, um importante povoado pré-histórico, o do Castelo Velho, no decurso das suas pesquisas para a carta arqueológica da região. Os serviços regionais de Arqueologia do IPPC da Zona Centro convidaram então aquela investigadora para dirigir as escavações na estação, o que tem acontecido desde essa altura. Tais escavações revelaram um importante “povoado murado” das idades do Cobre e do Bronze (IIIº e IIº milénios antes de Cristo), que é hoje ponto frequente de visita, devidamente assinalado.

Anos antes, por ocasião da construção da barragem do Pocinho, e no mesmo concelho, tinham sido detectados, num terraço baixo do Douro, túmulos pré-históricos, e gravuras, estas atribuíveis (pelo menos maioritariamente) à Idade do Ferro (Iº milénio a. C.) (estudos de A. M. Baptista). Hoje sabemos que o alto vale do Douro português, até à fronteira, e o próprio vale do Côa, estão pejados dessas gravuras proto-históricas. E, para remontar mais alguns anos no tempo, a 1981, tínhamos podido revelar ao mundo, não longe dali, no concelho de Freixo de Espada-à-Cinta, as primeiras gravuras de estilo paleolítico de ar livre conhecidas na Europa, localizadas em Mazouco, assinaladas por um

---

\* Texto escrito para a revista *ProCôa*, vol. 2, a pedido do seu director (este volume nunca chegou a ser publicado).

\*\* Prof. catedrático da Faculdade de Letras do Porto.

aluno da FLUP (N. Rebanda). Tinham, com muita probabilidade, mais de 10.000 anos de idade; mas eram apenas os primeiros sinais de uma longa aventura, ainda então insuspeitada, e que continua no presente.

Numa inesquecível noite dos inícios de Novembro de 1994, a colega Mila Simões de Abreu telefonou-nos, emocionada, contando ter visto, nas margens do Côa, um impressionante conjunto de gravuras de tipo paleolítico, semelhantes às de Mazouco, na área que ia ser inundada pela barragem de Foz Côa. Tinham sido detectadas pela equipa do IPPAR (coordenada então por N. Rebanda) encarregada das prospecções no vale. Vieram-me à memória os estudos de Siega Verde, no vizinho rio Águeda, perto de Ciudad Rodrigo, conduzidos por Rodrigo Balbín, Javier Alcolea, e Primitiva Bueno, da Univ. de Alcalá de Henares. Telefonei-lhes de imediato, e foi com naturalidade que encararam o previsível prolongamento, para ocidente, ao longo do complexo geológico xisto-grauváquico, daquelas manifestações artísticas de ar livre. Aliás, mesmo em gruta, a arte paleolítica vinha afirmando cada vez mais a sua presença na Meseta espanhola, pelo que, sendo sensacional, a notícia nada tinha de inverosímil.

Só que continha uma novidade importante para Portugal e para o conhecimento da humanidade pré-histórica: é que o nosso país, reduzido até então, no que toca à arte do Paleolítico superior (30.000-10.000 anos), às gravuras de Mazouco, e às pinturas e gravuras da gruta do Escoural, no Alentejo, tinha pela primeira vez a hipótese de possuir, ao ar livre, um conjunto monumental equiparável, em quantidade e qualidade, às famosas grutas de Altamira (na Espanha cantábrica) ou Lascaux (no Sudoeste da França), para apenas apontar dois exemplos entre várias centenas. De periferia da arte paleolítica, o NE português podia tornar-se um dos seus “centros”, graças aos achados do Côa; e aquele “ciclo artístico”, até então essencialmente “cavernícola”, passava a assumir uma faceta inteiramente nova: os caçadores-recolectores da última glaciação tinham “organizado simbolicamente” paisagens inteiras, e não apenas topografias subterrâneas. Uma descoberta capital da arqueologia do século XX estava a desenrolar-se perante os nossos olhos. Essa noção ficou, para nós, inteiramente consolidada, quando, nos finais de Janeiro de 1995, nos dirigimos ao Côa na companhia dos melhores especialistas de toda a Península Ibérica, e vimos pela primeira vez os núcleos da Penascosa e da Ribeira de Piscos. Saltava à vista que o vale do Côa era, no seu conjunto, um importante monumento a preservar, para o país e para a humanidade; e que portanto as obras da barragem de Foz Côa tinham de ser suspensas, e repensada toda a estratégia de aproveitamento daquele território. Hoje, o que parecia ser então uma utopia, tornou-se realidade, graças a um imenso trabalho de esclarecimento público que foi desenvolvido, e, também, à clarividência dos actuais governantes do país. O programa ProCôa é agora o instrumento legal e financeiro de uma nova realidade, em que pela primeira vez em Portugal um património arqueológico se perfila como eixo da estratégia de desenvolvimento integrado de toda uma região tradicionalmente interiorizada e economicamente deprimida.

Trata-se de um desafio imenso, lançado aos arqueólogos, mas também a muitos outros técnicos e agentes de investigação e desenvolvimento. Impõe-se uma mentalidade de trabalho em equipa e um modo de actuação aberto à crítica e a um permanente ajustamento aos procedimentos mais adequados, para promover convenientemente o património arqueológico da região de Foz Côa, aos níveis científico, cultural e turístico. Foi aliás esse o teor de um conjunto de reflexões que pude exprimir no Colóquio realizado em Abril de 1997 em Freixo de Numão, aquando da abertura oficial de um conjunto de circuitos

turístico-culturais naquela zona. Aponto aqui, apenas, alguns tópicos, de forma esquemática, daquilo que me parece ser essencial:

Uma permanente articulação das equipas do parque arqueológico e de outras trabalhando na região. A abertura de concursos para tarefas de investigação e de gestão dos bens arqueológicos, históricos, etnográficos e naturais do parque e da sua área envolvente. A participação de investigadores de diferentes universidades e de equipas internacionais, acautelando naturalmente os legítimos direitos de todos. A realização de debates públicos sobre as metodologias mais eficazes e rentáveis nos diversos aspectos. A promoção de diferentes tipos de turismo, partindo do princípio de que a mais-valia da arte paleolítica (e posterior) da região de Foz Côa é encontrar-se ao ar livre, e portanto potencialmente acessível a um número de visitantes muito maior do que uma gruta. O incremento da participação das populações locais e a rentabilização de unidades de acolhimento já existentes, com reflexos económicos palpáveis. A preparação de material explicativo e até lúdico dirigido a diferentes tipos de público. A fixação, durante alguns dias, dos turistas, diversificando o “produto” que se lhes oferece, etc., etc.

Após tão grandes expectativas criadas, e dispondo-se de meios financeiros adequados e de uma divulgação internacional já feita, resta apenas provar a todos que a opção tomada não foi só a mais correcta do ponto de vista patrimonial do país, mas também a mais ajustada ao desenvolvimento regional. Assim se ganhará não apenas a adesão das populações para uma realidade nova para elas, mas o seu empenho activo na construção do futuro.

*Porto, Maio de 1997.*